

Então parabéns, Adalberto, excelente trabalho. E a garra do agricultor que está na terra, plantando, colhendo e fazendo, lá na ponta da linha, o estado de São Paulo ser a locomotiva da economia no nosso País.

Dando continuidade, abordaremos sobre os feitos do governador Tarcísio de Freitas em relação à habitação.

Doas datas importantes, dia 22 de março o estado autoriza o investimento de 106 milhões de reais para a construção de 8.711 unidades habitacionais. Trinta cidades diferentes do estado de São Paulo serão contempladas e, nesse evento, o governador Tarcísio de Freitas, que aparece aqui discursando ao lado do secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco, também o secretário Arthur Lima ali presente e nós estamos ali na plateia, parabenizando e observando o que o governador Tarcísio vem fazendo também pela habitação.

No dia 18 de maio, na data de ontem, mais um investimento do governo de São Paulo, de 69 milhões de reais para a construção de 6.257 moradias do programa Casa Paulista, o benefício é para famílias de baixa renda. O governador se preocupa com a população de baixa renda e esse lançamento dos 69 milhões vai abranger mais 20 municípios.

Um trabalho muito importante não só do governador Tarcísio de Freitas, mas também dos secretários que estão ali na sua equipe e, na foto, o secretário da Habitação, secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco.

E muito importante também, para finalizar, presidente, neste caso a prioridade na seleção das famílias são aquelas famílias que vivem em áreas de maior risco. Então o governador Tarcísio de Freitas também preocupado com as famílias que estão em situação de maior vulnerabilidade.

O orgulho de fazer parte da base do governo que vem, no quinto mês, dando o exemplo do que é governar um estado e ai governando o estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Deputado Danilo Balas. O próximo orador, deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, pessoal que nos acompanha aqui na TV Assembleia e no plenário da Assembleia, seria importante, nobre deputado Reis, que o governador do estado de São Paulo também falasse por que está mandando o pessoal lá de Caraguatatuba e São Sebastião voltar para as suas casas.

Ele apresenta um programa de habitação, e é importante um programa de habitação no estado de São Paulo, em várias cidades, mas tem que resolver o problema de São Sebastião, nós inclusive já aprovamos aqui na Assembleia a destinação da compra de um terreno pela cidade de São Sebastião para a construção de moradias na cidade.

Então acho que é importante fazer habitação no estado de São Paulo, mas é importante resolver o problema de São Sebastião e Caraguatatuba. Já aprovamos aqui o projeto de lei para aprovar a compra pela CDHU de um terreno na região de São Sebastião.

Mas eu queria aproveitar, Sr. Presidente, esse momento do Pequeno Expediente para convidar a população do estado de São Paulo, no dia 23 de maio vamos realizar uma audiência pública sobre a política estadual de pagamentos por serviços ambientais. Vai ser das 18 às 20 horas e 30 minutos no auditório Franco Montoro.

Por que é importante essa audiência pública? Estamos apresentando um projeto de lei para que, hoje, os catadores, os recicladores, as cooperativas de reciclagem, as ONGs e os ambientalistas possam receber, por parte do Governo do Estado de São Paulo, um recurso para potencializar a reciclagem no estado de São Paulo.

Aqui na Capital, nobre deputado Reis, apenas 7% do material reciclável da cidade é recolhido - apenas 7 por cento. As empresas coletoras de lixo orgânico na cidade recebem - quando ganham uma concessão da prefeitura, nobre deputado Carlos Giannazi - pelo lixo orgânico recolhido, mas recebem também pelo material reciclável recolhido.

Só que um caminhão, hoje, quando passa a fazer a coleta seletiva em algumas regiões da cidade de São Paulo... Se um caminhão tem a capacidade de coletar duas toneladas, ele coleta 700 quilos e recebe por duas toneladas.

Então, esse material reciclável que é recolhido hoje pelas empresas coletoras de lixo, não chega para as cooperativas de reciclagem na cidade de São Paulo, e nós temos, além das cooperativas já instituídas, que têm relação com o Poder Público, muitos catadores avulsos.

A gente vê, de madrugada, várias pessoas - inclusive lá da região da Zona Sul, lá no Aracati, tem quase 200 catadores avulsos ali, que coletam o material reciclável dos escritórios à noite para vender no dia seguinte - e esses trabalhadores recebem só por aquilo que eles conseguem recolher e vender.

O estado e o município não garantem nenhum pagamento para essas pessoas por estarem fazendo um processo de recolher o material reciclável, que ajuda também no meio ambiente.

O governo federal já aprovou uma lei federal sobre a política nacional de pagamento por serviços ambientais no Brasil. Só que o governador Tarcísio, em vez de apresentar corretamente aqui no estado de São Paulo o projeto de lei para garantir que os catadores, os recicladores, os agentes autônomos de reciclagem pudessem receber o recurso do estado para poder desenvolver esse trabalho, que é muito bom para o meio ambiente, gera renda para a pessoas e para as famílias, simplesmente fez um decreto.

Então nós estamos chamando aqui todas as entidades, todas as cooperativas, as pessoas que atuam no meio ambiente no estado de São Paulo para que, juntos, no dia 23, nós possamos apresentar um projeto de lei para o estado de São Paulo.

Inclusive para corrigir o erro que o governador apresentou por decreto, não por um projeto de lei para a Assembleia Legislativa - ele apresentou por decreto, e o decreto não tem validade, não foi regulamentado.

Então nós queremos, em conjunto, no dia 23 agora, das 18 horas às 20 horas e 30 minutos, fazer essa audiência pública para que a gente possa constituir um projeto, fazer uma adequação no projeto para que a gente possa ajudar o meio ambiente e gerar renda na nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bom, deputado Luiz Claudio Marcolino. O próximo orador é o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, de volta à tribuna no dia de hoje, eu gostaria de informar a todos que ontem nós fizemos uma grande audiência pública aqui, na Assembleia Legislativa, com os alunos e os professores da FFLCH, da USP, do curso de letras, por conta de uma gravíssima denúncia que nós recebemos e já estávamos acompanhando, na verdade, que é sobre o desmonte do curso de letras da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo.

Uma universidade que tem um orçamento de oito bilhões e 400 milhões de reais, a principal universidade do Brasil, uma das melhores do mundo e da América Latina, está desmontando um curso importante e estratégico, que é o curso de letras, inclusive nós temos aqui um dossiê, Sr. Presidente, que nós recebemos. Nós estamos dando publicidade a ele, vamos pedir até que esse dossiê seja publicado no “Diário Oficial”.

Ele foi elaborado pelo Centro Acadêmico de Estudos Linguísticos e Literários Oswald de Andrade, da própria Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo.

O fato é que o desmonte lá é profundo, há falta de contratação de professores, Sr. Presidente. Olha só as áreas, departamentos e cursos que estão sendo desmontados na Universidade

de São Paulo: olha, o departamento de Letras Orientais, que oferece cursos como árabe, armênio, chinês, coreano, hebraico, russo e japonês, tem falta de professores.

O departamento de Linguas Modernas - alemão, espanhol, francês, inglês, italiano -; o departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, que tem português, latim, grego; as áreas de Estudos Comparados, de Filologia e Língua Portuguesa, de Literatura Brasileira, de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, e ainda áreas de Literatura Latina, de Literatura Infantil e Juvenil, os departamentos de Linguística, de Teoria Literária e Literatura Comparada.

Sr. Presidente, é um desmonte do curso. Então, ouvimos alunos, professores, entidades. Já estou convocando o reitor da universidade para que venha à Assembleia Legislativa explicar esse desmonte. Ele tem que depor, explicar e reverter esse desmonte, abrindo concursos para contratar professores e professoras, docentes, para todos esses cursos e áreas.

Há um déficit enorme. Temos dados dizendo que, em 2014, o curso de Letras tinha 475 professores; em 2022, caiu para 395 professores, ou seja, faltam no mínimo 80 professores nesse curso. No mínimo, Sr. Presidente.

Fora a falta de funcionários de apoio também, que a universidade não vem contratando através de concurso público, mas vem terceirizando vários setores.

Registro ainda que ontem nós falamos também sobre a perversa ameaça da Universidade de São Paulo em demitir mais de 30 servidores do Instituto Oceanográfico, servidores que ficam nos navios da USP, de pesquisa, no Porto de Santos, que dão sustentação às pesquisas feitas pelos alunos da graduação, da pós, do mestrado, do doutorado, do pós-doc, pelos pesquisadores que investigam, que trabalham com pesquisa nessa área.

Então, Sr. Presidente, esse foi o encaminhamento que fizemos ontem, a convocação do reitor e, da tribuna, faço um apelo ao reitor da universidade para que tome as providências cabíveis e realize os concursos públicos que já foram aprovados pela Assembleia Legislativa.

Tem os cargos vagos, é só realizar o concurso e chamar os aprovados. Tem muitos professores que se formaram inclusive nesses cursos e querem lecionar na Universidade de São Paulo.

Então, fica aqui o nosso apelo e a nossa exigência ao reitor da Universidade de São Paulo.

Quero ainda dizer que continuamos exigindo que a Secretaria da Educação, que o secretário estadual da Educação, Renato Feder, reveja essa nefasta e perversa exigência de que as APDs sejam cumpridas nas escolas. Isso tem acabado, tem matado o nosso Magistério, as nossas professoras e professores do estado. É uma perversidade sem tamanho.

Além dos prejuízos já causados com o fim dos acúmulos de cargos de muitos professores que lecionavam na prefeitura da Lei nº 1.374, da farsa da nova carreira, foram obrigados a se exonerar de um dos cargos, além disso, tem a questão de que não é possível fazer APDs nas escolas.

Por isso, a nossa luta, a nossa exigência tem sido de que o secretário Renato Feder, dono da Multilaser, revogue essa medida imediatamente. Estamos dispostos a aprovar um projeto de lei aqui; basta ele encaminhar, fazer alterações nessa perversa lei.

Não tem mais a falta-aula; é falta-dia. Isso é um absurdo contra os professores e professoras da rede estadual.

Então, o que estamos reivindicando e exigindo é que as APDs sejam feitas, sejam realizadas em local de livre escolha dos professores, porque as escolas não têm estrutura, não têm espaço, não têm internet, não têm condições mínimas para que os professores façam esse tipo de trabalho dentro das escolas.

Então essa é a nossa luta: APDs em local de livre escolha e também a volta da falta-aula, Sr. Presidente, porque a Lei nº 1.374 impôs a falta-dia. Isso prejudica imensamente. É um atentado à dignidade e aos direitos trabalhistas dos professores e professoras da rede estadual de ensino.

Sr. Presidente, terminei aqui o meu pronunciamento. Eu queria só fazer mais um pronunciamento pelo Art. 22, ou me inscrever aqui, oralmente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Vossa Excelência pode falar pelo Pequeno Expediente mesmo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, eu não posso aqui deixar de registrar mais uma atitude fake news do governo bolsotucano aqui de São Paulo. Matéria publicada hoje na “Folha de S. Paulo” mostra claramente, Sr. Presidente, que o governo praticamente, como todos sabem... Vou até ler aqui, Sr. Presidente, rapidamente o que que o governo fez. Ele abandonou os moradores lá de São Sebastião. Nós tivemos há três meses atrás mais de 60 pessoas mortas por conta das chuvas e o que que aconteceu? O governador foi até lá, fez um pronunciamento, disse que irá investir, mas olhe só agora o que que está acontecendo com a atitude fake do governo Tarcísio.

“Governos estadual de São Paulo manda famílias voltarem para as casas condenadas em São Sebastião”. Olhe só, eu vou ler aqui um trecho porque é grave isso: “Três meses depois das chuvas que deixaram 65 mortes no litoral norte paulista, famílias de São Sebastião estão sendo mandadas de volta para as casas que já tiveram ordem de demolição e que seguem em risco”.

É um absurdo! “O retorno ao Morro do Pantanal, próximo à praia de Juquehy, ocorre após essas famílias desabrigadas perderem a hospedagem em pousadas da região e ficarem sem opção de moradia. A Defesa Civil do município e o Governo de São Paulo deram aval à recuperação”.

Olhe só, eles tinham retirado as famílias: “Essas casas vão desabar, não tem como ficar aí; é área de risco”. Agora que passou, a mídia não está cobrindo mais, foi todo mundo embora e eles: “Podem voltar agora”, porque agora ninguém está vendo mais. Ou seja, houve ali um teatro, uma encenação só para inglês ver.

Agora o governo manda as famílias de volta para a área de risco, abandonando, não dando assistência psicológica, não dando assistência médica, não dando assistência financeira a essas famílias, Sr. Presidente.

Então nós vamos aqui acionar as comissões pertinentes, convocando o Governo do Estado para explicar o abandono dessas famílias, porque é bem típico do bolsionarismo fake news, fazer vídeo, meme, faz parte. Então até o governo do Tarcísio aqui também é fake porque foi lá, fez um teatro, fez uma encenação, mas agora abandona as famílias.

Ao mesmo tempo que disse: “Famílias, saiam daqui. Nós vamos hospedar vocês aqui até que a situação seja resolvida”. Mas agora que foi todo mundo embora, a imprensa não dá a mínima mais, não tem mais ninguém lá olhando, eles obrigam as famílias a voltarem para as casas que podem desabar novamente e nós podemos ter mortes.

Espero que o Ministério Público, na verdade, tome as providências, Sr. Presidente, porque não é possível. Então com a palavra o Ministério Público estadual para investigar esse fato gravíssimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - E havendo acordo entre as lideranças e não havendo mais nenhum orador inscrito, eu solicito o levantamento desta presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 44 minutos.

22 DE MAIO DE 2023

44ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, LUIZ CLAUDIO MARCOLINO e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Endossa o pronunciamento do deputado Luiz Claudio Marcolino.
4 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Assume a Presidência.
6 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Assume a Presidência.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
10 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 23/05, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará o uso regimental da tribuna por até cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bom dia a todos e a todas, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, hoje eu quero dirigir minha fala aos servidores e às servidoras da Fundação Casa. Eles já estão paralisados há 20 dias, desde o dia três de maio, nobre deputado Reis.

E quando começou o debate da Segurança Pública aqui na Assembleia Legislativa, uma das pautas que a bancada do Partido dos Trabalhadores tinha apresentado era a adequação do projeto de lei da Polícia Militar, da Polícia Civil, que também não só a Fundação Casa, mas como a Polícia Penal também tinham que ter garantidas as suas reivindicações.

O presidente da Fundação Casa não negocia e alega que não tem governabilidade para isso, ou seja, não está autorizado pelo governador Tarcísio a dar aumento salarial e a discutir as reivindicações dos servidores.

Se vem um projeto para a Assembleia Legislativa, que era para discutir justamente os impactos que tinham em relação à Segurança Pública, e hoje, tanto os colaboradores da Fundação Casa, como os servidores têm uma vinculação direta ao Governo do Estado de São Paulo, inclusive em relação à Segurança Pública do nosso estado.

O principal motivo, nobre deputado Reis, temos hoje um acampamento aqui em frente à Assembleia Legislativa porque o pessoal está debatendo a questão do Projeto nº 75, de 2023.

Os servidores e servidoras da Fundação Casa querem ser reconhecidos pelo Governo do Estado de São Paulo e incluídos no PL das polícias, que realizam um trabalho de segurança comparado a qualquer outro método de privação de liberdade como a Polícia Militar, Civil e Científica.

Ficaram fora do PL da Polícia Civil, Penal e a do Sistema Socioeducativo. Hoje eles trabalham com adolescentes de altíssima complexidade. Tanto os servidores, como os internos precisam de segurança no local de trabalho. Em 2022 dois servidores foram assassinados e adolescentes cometeram suicídio.

O Estado é o responsável pela segurança dos internos, como exemplo hoje temos o adolescente que matou a professora na escola da Vila Sônia na Capital. O que ocorre é risco de morte também na Fundação.

Outras reivindicações que os funcionários, que hoje fazem parte da Fundação de Casa no estado de São Paulo... Tem a questão da reivindicação do convênio médico, que subiu nesse período em torno de 26% e o governador tem apresentado apenas 6% de reajuste, bem abaixo da inflação.

Nós estamos discutindo o que foi apresentado tanto para a Polícia Militar, como para a Polícia Civil, primeiro que não teve um índice linear, que foi uma das solicitações que nós fizemos nas emendas que nós apresentamos. Fizemos uma sugestão para que o reajuste fosse aplicado não a partir do dia primeiro de julho, mas retroativo ao mês de março.

Fizemos, inclusive, algumas emendas, escalonando, a partir do escalonamento que foi feito, que varia de 13 até 34% de reajuste, que pudesse fazer uma adequação em relação a algumas carreiras, tanto em relação aos tenentes, agentes, mas que também pudesse ter uma majorada em relação aos valores da Polícia Civil.

Agora, além de toda essa diferença que já tem relação à Polícia Militar e à Civil, os trabalhadores da Fundação Casa ficaram fora desse projeto apresentado.

Nós teremos amanhã ainda aqui uma votação na Assembleia Legislativa, e a proposta que o governo apresentou até agora foi apenas de 5,75%, que não repõe nem a inflação do período.

Então, a Fundação Casa, hoje, está em greve. É importante, quem nos acompanha agora pela TV Assembleia, quem nos acompanha aqui dentro da Assembleia Legislativa sabe que foram feitas várias tratativas, várias tentativas de diálogo com o governo do estado de São Paulo, mas até agora o governo não tem dado a resposta à altura para esses servidores.

Então, esperamos que até o dia de amanhã, na votação, possam ser incluídos os trabalhadores da Fundação Casa. Esperamos que haja uma solução, a mais rápida possível. Hoje os servidores da Fundação Casa montaram um acampamento aqui em frente à Assembleia Legislativa, e esperamos que seja resolvido o mais rápido possível, porque não dá para tratar trabalhadores na sua totalidade, e da Segurança Pública tratar de forma diferenciada.

Então, nós já fizemos esse pleito, não só em relação à Fundação Casa, mas também à Polícia Penal, e esperamos que rapidamente o governo do estado de São Paulo possa resolver a atual situação. Enquanto isso os servidores estão acampados em frente à Assembleia Legislativa e não sairão até que o governo do estado de São Paulo resolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Marcolino.

Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Oseias de Madureira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marta Costa. (Pausa.) Com a palavra a deputada Andréa Werner. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, gostaria só de me associar ao que disse o deputado Marcolino, e dizer que a greve começou no dia três, deputado Marcolino. Hoje é dia 22, quase 20 dias de greve. Já é uma das greves mais longas do funcionalismo público do estado de São Paulo e até agora o governo não atendeu as reivindicações justas dos servidores.

É um absurdo isso, porque o governo tem três opções. Ele pode negociar, sim, porque ele já deu, está oferendo um reajuste de quase 6%, que não repõe minimamente as perdas inflacionárias. Ele pode muito bem aumentar esse percentual, se ele quiser. Então, ele tem esse mecanismo. Tem o mecanismo de liberar as emendas que nós apresentamos aqui ao PLC nº 75, que será votado amanhã.

Tem várias emendas incluindo, deputado Reis, deputado Marcolino, os servidores da Fundação Casa para que eles tenham um reajuste digno. Ou o governo pode encaminhar outro projeto de lei à Assembleia Legislativa. Havendo interesse, o governo pode reajustar.

Então, todo nosso apoio aqui aos servidores e servidoras da Fundação Casa, ao acampamento aqui todo o nosso apoio e solidariedade ao acampamento, à vigília que está sendo realizada na frente da Assembleia Legislativa para sensibilizar os deputados da base do governo a aprovarem pelo menos as emendas que nós apresentamos, aumentando esse reajuste.

Com a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito bem, deputado Carlos Giannazi, cumprimentar Vossa Excelência.

Tem emenda também para os policiais penais, deputado Carlos Giannazi. Seria bom que o governo pudesse aceitar e resolver essas demandas que afligem esses funcionários da Fundação Casa e também da Polícia Penal, da Segurança e os demais servidores, porque até agora não veio projeto das outras categorias também, que estão clamando pela sua valorização.

Mas eu quero saudar aqui, Sr. Presidente, o público presente, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, os funcionários dessa Casa, cumprimentar o deputado Marcolino, o deputado Nóbrega, cumprimentar todos aqueles e aquelas que nos acompanham pelas redes sociais, pela Rede Alesp.

E quero falar um pouquinho, Sr. Presidente, sobre o que aconteceu com o jogador Vini, o Vini Jr., na Espanha. É inaceitável o que aconteceu com o Vini Jr. na Espanha e o que vem acontecendo nos estádios de futebol europeus, mas também no Brasil.

Chamar um negro de macaco é rebaixá-lo à condição de animal. Atacar uma pessoa com xingamentos e insultos por ela ser negra é querer viver como se ainda existisse escravidão negra e desejar manter o negro numa situação inferior de subalteridade às classes mais altas.

Para os discriminadores, negros não podem fazer sucesso, negros não podem ter talento e não devem ser respeitados. Pelo ódio de raça, os agressores não aceitam que um negro ocupe um lugar no principal time espanhol, muito menos que ele seja um dos principais jogadores do mundo, que tenha sucesso e que tenha um salário que a maioria nunca receberá.

O preconceito é algo muito sério, ele está enraizado no inconsciente coletivo da sociedade dos países que viveram a escravidão de negros africanos. Esse enraizamento faz com que ações lamentáveis como essas que vimos no campeonato espanhol sejam naturalizadas. O preconceito visa marginalizar os negros.

O caso de Vini Jr. assumiu repercussão importante em toda a mídia porque ocorreu em estádio de futebol com o testemunho de milhares de pessoas e o registro dos veículos de comunicação, mas ocorre frequentemente nas sociedades espanhola, brasileira, americana, por exemplo, atingindo negros que não têm notoriedade, em supermercados e lojas e nas ruas.

Alguns desses casos ganham o noticiário, e depois são esquecidos, mas a maioria é deixada para lá, porque as próprias vítimas decidem não denunciar por estarem cansadas e não acreditarem que as coisas podem mudar.

- Assume a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

Racismo dói, discriminação ofende, afeta a autoestima e a crença na humanidade e no futuro, nega aos negros direitos legítimos de todo cidadão. Nega, por exemplo, o acesso às oportunidades de instrução, de trabalho, entre outros. Em geral, os racistas invocam a falácia da meritocracia para justificar a situação social dos negros e seus descendentes.

Para os que já se sensibilizaram com a questão da igualdade racial, é preciso decisão e vontade política para uma nova postura frente aos negros, é preciso autovigilância para uma redução social, para o respeito à diversidade racial.

O presidente Lula declarou que o governo federal adotará medidas oficiais em relação ao racismo contra Vini Jr.

Todos os que não toleram a discriminação devem ter ação semelhante no dia a dia do convívio social, nas mais diversas atividades humanas.

Mas no esporte, que tantas vezes se atribui a responsabilidade de formar os cidadãos, discriminar, diminuir, xingar e agredir negros é muito grave, porque o exemplo educa muito mais que as lições escritas. Então somente a conscientização das pessoas e a vigilância social com mecanismos severos de punição e o envolvimento ativo de todas as instituições sociais serão capazes de acabar com o racismo.

Espero que esse movimento racista, Sr. Presidente, seja severamente combatido na Espanha e em todos os lugares do mundo, inclusive aqui no Brasil.

Racismo não!

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Obrigado, nobre deputado Reis. Dando seqüência aos oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos no Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Marcolino, público aqui presente e telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, o governador Tarcísio de Freitas anunciou que vai reduzir o orçamento da Educação, vai mudar a Constituição Estadual, que nós aprovamos aqui, neste plenário, em 1989. Foi uma luta imensa da sociedade civil organizada, do Magistério estadual, das universidades, das escolas técnicas, as Etecs, as Fatecs.

Na época eu era professor da rede estadual e nós participamos ativamente do movimento para que se fosse aprovada uma Constituição Estadual naquele momento que nós tínhamos instalada aqui na Alesp uma Constituinte, uma Assembleia Nacional Constituinte Estadual, porque antes disso nós tínhamos aprovado a Constituição Estadual de 88, também através de uma ampla mobilização.

Nós conquistamos os 30% do orçamento na Educação estadual, incluindo as universidades estaduais. No entanto, agora, o Tarcísio de Freitas, governador do estado de São Paulo, anunciou que vai reduzir, que vai encaminhar uma PEC para a Assembleia Legislativa, reduzindo.

Isso significa, na prática, anualmente, uma perda de dez bilhões de reais para a Educação no estado de São Paulo, para as nossas escolas, para os profissionais de Educação, para